

POLÍTICA DE PRIVACIDADE DE TERCEIROS

CONTENTS

<u>I. DEFINIÇÕES E ÂMBITO DE APLICAÇÃO</u>	3
<u>II. PRINCÍPIOS APLICÁVEIS AO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS</u>	5
<u>III. DADOS PESSOAIS RECOLHIDOS</u>	6
<u>IV. OBJECTIVOS E BASE LEGAL</u>	8
<u>V. RETENÇÃO DE DADOS</u>	12
<u>VI. DESTINATÁRIOS E TRANSFERÊNCIAS DE DADOS</u>	13
<u>VII. DIREITOS DOS TITULARES DOS DADOS PESSOAIS</u>	14
<u>VIII. GLOSSÁRIO</u>	16
<u>ANEXO : CONTACTOS E EMAILS</u>	17

I. Definições e âmbito de aplicação

Os termos utilizados neste documento (doravante a "**Política de Privacidade de Terceiros**") tais como "**Dado Pessoal**" ou "**Tratamento**" têm o significado que lhes for atribuído pelo glossário da **Secção VIII** desta Política ou, na sua falta, pelo Regulamento Geral de Proteção de Dados (Regulamento 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de Abril de 2016 relativo à Proteção das Pessoas Singulares no que diz respeito ao Tratamento de Dados Pessoais e à livre circulação desses dados, ou "**RGPD**") ou por qualquer regulamentação de proteção de dados local aplicável ("**Legislação de PD Aplicável**"¹).

A Política de Privacidade de Terceiros aplica-se aos Dados Pessoais das pessoas abaixo mencionadas:

- funcionários de fornecedores e sócios e qualquer outro representante de empresas ou profissionais autónomos com os quais AccorInvest estabeleça ou possa estabelecer transações ou relacionamento comercial;
- trabalhadores de empresas de trabalho temporário²;
- acionistas e membros dos órgãos de administração, gestão e fiscalização;
- visitantes às instalações da AccorInvest.

Para efeitos do presente documento, estas pessoas podem ser referidas como "**Terceiros**" ou "**Titulares de Dados**".

Para clarificação, a Política de Privacidade de Terceiros não se aplica aos Dados Pessoais de:

- Clientes de hotéis da AccorInvest (para os quais se aplica a **Política de Privacidade de Dados dos Clientes**)
- Funcionários das entidades da AccorInvest (para os quais se aplica a **Política de Privacidade dos Funcionários**).

A Política de Privacidade de Terceiros abrange todas as actividades das Entidades AccorInvest, incluindo operações hoteleiras e actividades de apoio.

A Política de Privacidade de Terceiros descreve o procedimento de recolha e utilização dos seus Dados Pessoais pela AccorInvest durante e após a vossa relação connosco, em conformidade com a **Legislação de PD Aplicável**.

¹ Inclusive com relação ao Reino Unido, o Regulamento Geral de Proteção de Dados do RU e o "Data Protection Act 2018" (juntos, o "**RGPD do Reino Unido**").

² Exceto no Reino Unido, pois aplicável aos trabalhadores de trabalho temporário a Política de Privacidade dos Funcionários.

Esta Política pode ser atualizada pela AccorInvest em qualquer altura. Poderemos também informá-lo, de tempos a tempos e por outros meios, sobre o Tratamento dos seus Dados Pessoais.

II. Princípios aplicáveis ao tratamento de dados pessoais

A AccorInvest está empenhada em cumprir todas as leis e regulamentos aplicáveis em matéria de Tratamento de Dados Pessoais. Neste contexto, a AccorInvest declara aplicar os seguintes princípios:

- **Recolha de Dados para fins definidos – legalidade e legitimidade do tratamento**

Os Dados Pessoais são recolhidos e tratados apenas para os fins e nos contextos descritos na **Secção IV** desta Política de Privacidade de Terceiros.

Qualquer Tratamento de Dados Pessoais pela AccorInvest terá uma base legal (em particular consentimento, execução de um contrato ou obrigação legal ou prossecução de um interesse legítimo) como requerido pela **Legislação de PD Aplicável** e considerará os direitos dos **Titulares de Dados**.

- **Transparência**

Dados Pessoais de Terceiros são coletados e Tratados de uma forma transparente e facilmente compreensível para o Titular de Dados.

- **Minimização de dados e limitação de armazenamento**

AccorInvest somente coletará dados adequados, relevantes e não excessivos, considerando os propósitos para os quais serão tratados, conforme descrito na **secção IV**.

Os Dados Pessoais só serão conservados durante o tempo necessário para os fins descritos na **Secção IV** e as regras aplicáveis à conservação e arquivo de dados.

- **Segurança dos dados**

A AccorInvest protege os Dados Pessoais contra a destruição, perda, alteração, divulgação ou utilização não autorizadas.

Neste quadro, são implementadas medidas técnicas e organizacionais, tais como a gestão dos direitos de acesso e a segurança dos ficheiros informáticos (por exemplo, palavras-passe, encriptação) para assegurar a confidencialidade, integridade e disponibilidade dos Dados Pessoais.

III.

Dados Pessoais Recolhidos

Como Responsável pelo Tratamento, a AccorInvest recolhe e trata várias categorias de Dados Pessoais.

Os Dados Pessoais recolhidos podem ser:

- dados de identidade e identificação (por exemplo, apelido, nome próprio, sexo, nacionalidade, data e local de nascimento, fotografia) e dados de contacto (por exemplo, endereço postal, endereço eletrónico, número de telefone);
- informações relativas à sua participação no capital da AccorInvest ou de qualquer outro capital social (por exemplo, número de ações e quaisquer informações relativas a esta participação);
- dados recolhidos no contexto da sua relação com a AccorInvest, em particular os dados contidos nas actas das reuniões;
- informação económica e financeira (por exemplo, informação fiscal, dados bancários);
- dados relacionados com a utilização do sistema de informação AccorInvest (por exemplo, endereço IP, dados de login);
- Dados de localização (por exemplo, informações de viagem);
- dados resultantes da utilização de sistema de videovigilância e do controlo de acesso às instalações (e.g. cartões de acesso);
- Dados recolhidos no contexto de um canal de denúncias ao dispor dos funcionários da AccorInvest;
- A AccorInvest pode também recolher, em conformidade com as leis e regulamentos aplicáveis, os Dados Pessoais dos trabalhadores temporários e empregados dos fornecedores e parceiros listados abaixo:
 - informação social e financeira (por exemplo, número de segurança social, autorização de trabalho, salário, informação sobre grau de deficiência)
 - informações relativas à profissão, formação e carreira (por exemplo, contrato de trabalho, data de contratação, número de identificação, funções, funções desempenhadas, horários, *curriculum vitae*, etc.).
 - cópia da carta de condução
 - qualquer outra informação exigida pela regulamentação aplicável;
- quaisquer outros Dados Pessoais recolhidos ou divulgados por si no decurso da sua relação com a AccorInvest.

A AccorInvest pode ainda, dentro dos limites justificáveis pelas circunstâncias, tratar certas Categorias Especiais de Dados Pessoais, tais como informações que revelem origem racial ou étnica, crenças religiosas, saúde, dados biométricos e Dados Pessoais relativos a condenações penais e infrações.

Nesse caso, a AccorInvest assegura que pelo menos uma das condições seguintes (que permitem o seu Tratamento) é cumprida, por exemplo, que:

- Deu o seu consentimento expresso;

- O Tratamento do Dados Pessoais é necessário para efeitos de cumprimento das obrigações e exercício de direitos específicos da AccorInvest ou do Terceiro com base em legislação sobre direito do trabalho, segurança social e proteção social aplicável;
- A informação é tornada pública por si;
- O Tratamento dos Dados é necessário para salvaguardar os seus interesses vitais;
- O Tratamento dos Dados é justificado pelo interesse público;
- O Tratamento dos Dados é necessário para a monitorização, exercício ou defesa em ações judiciais; ou
- O Tratamento dos Dados é necessário para efeitos de medicina no trabalho ou ocupacional, avaliação da capacidade de trabalho, diagnóstico médico, cuidados de saúde ou sociais, ou gestão de sistemas e serviços de cuidados de saúde ou de proteção social.

Quando são tratados Dados Pessoais relativos a condenações penais e infrações, a AccorInvest assegura que o Tratamento é autorizado pelos regulamentos da União Europeia ou de um Estado Membro sujeito a salvaguardas apropriadas para os direitos e liberdades dos Titulares dos Dados. Estes dados pessoais são recolhidos quer de fontes publicamente acessíveis quer de representantes de empresa com a qual a AccorInvest estabeleceu uma relação jurídica ou contratual.

IV.

Objectivos e base legal

Os Dados Pessoais são tratados para um ou mais fins definidos, específicos e legítimos.

O legítimo Tratamento de Dados Pessoais é necessário para cumprir as seguintes finalidades:

Finalidades do tratamento	Base legal da operação de tratamento
<p>Cumprir as leis e regulamentos aplicáveis.</p> <p>A título de exemplo:</p> <ul style="list-style-type: none">- cumprir os regulamentos laborais (em particular os relativos à luta contra ilegalidades laborais)- gestão de canal de denúncias e registos de conformidade e ética- cumprir com a legislação fiscal e financeira- cumprir as leis anticorrupção e os regulamentos contra o branqueamento de capitais.	<p>Tratamento necessário para o cumprimento de uma obrigação legal.</p>
<p>Gerir o procedimento de Avaliação de Fornecedores realizado para verificar a conformidade de possíveis fornecedores de AccorInvest com base nas informações coletadas nos formulários correspondentes.</p>	<p>Tratamento necessário para a prossecução do interesse legítimo das Entidades AccorInvest na gestão das relações de negócios com fornecedores e parceiros.</p>

<p>Gestão administrativa e de negócios, em particular para os seguintes fins</p> <ul style="list-style-type: none"> - contratos - encomendas - faturas - pagamentos - gestão de contas de fornecedores - estatísticas financeiras e volume de negócios anual dos fornecedores - seleção de parceiros e fornecedores - criação e atualização da base de dados de fornecedores e parceiros - acompanhamento da relação com os fornecedores e parceiros. 	<p>Tratamento necessário para a execução do contrato em que o Titular dos Dados é parte.</p> <p>Tratamento necessário para a prossecução do interesse legítimo das Entidades AccorInvest na gestão das relações de negócios com fornecedores e parceiros.</p> <p>Tratamento necessário para o cumprimento de uma obrigação legal.</p>
<p>Responder aos pedidos das autoridades policiais ou judiciais ou administrativas em caso de inspeção, controlo ou investigação, nas condições definidas pelas disposições legais aplicáveis.</p>	<p>Tratamento necessário para o cumprimento de obrigações legais.</p>
<p>Permitir às Entidades AccorInvest proteger os seus direitos ou fundamentar qualquer reclamação, defesa ou declaração num caso ou perante autoridades judiciais e/ou administrativas, um tribunal arbitral ou um mediador, no contexto de ações, investigações disciplinares ou auditorias ou investigações internas ou externas.</p>	<p>Tratamento necessário para a prossecução do interesse legítimo das Entidades AccorInvest para proteger os seus direitos e interesses.</p>
<p>Verificar as qualificações e outros documentos durante o processo de integração dos trabalhadores temporários</p>	<p>Tratamento necessário para a prossecução do interesse legítimo das Entidades AccorInvest em organizar a integração dos trabalhadores temporários.</p> <p>Tratamento necessário para o cumprimento de uma obrigação legal.</p>
<p>Prestar serviços a Terceiros (fornecimento de comida e alojamento, acesso a instalações comuns (e.g. cantinas), etc.).</p>	<p>Tratamento necessário para a prossecução do interesse legítimo das Entidades AccorInvest de prestar serviços a Terceiros.</p>

<p>Organizar eventos corporativos (seminários, convenções, animações, etc.), inclusive competições em página web e redes sociais.</p>	<p>Tratamento necessário para a prossecução do interesse legítimo das Entidades AccorInvest na organização de eventos corporativos.</p> <p>Consentimento para o tratamento pelo titular de dados pessoais para uma ou mais finalidades específicas (quando aplicável).</p>
<p>Para permitir o acesso e a utilização de ferramentas informáticas AccorInvest. Tratamento de dados de Terceiros por meio de histórico de navegação. Tratamento de dados dentro de “data rooms” /bases de dados segundo as necessidades de negócio de AccorInvest.</p>	<p>Tratamento necessário para a prossecução do interesse legítimo das Entidades AccorInvest de conceder acesso e utilização das suas ferramentas informáticas a Terceiros.</p>
<p>Garantir segurança, particularmente no contexto de:</p> <ul style="list-style-type: none"> - acesso às instalações (por exemplo, controlo de cartões de acesso, gravações de videovigilância); - prevenção e gestão de incidentes contra pessoas ou património (por exemplo, furtos, roubos, degradações); - investigações internas e externas conduzidas por autoridades (por exemplo, gravações de videovigilância); - acesso e utilização de ferramentas informáticas em conformidade com a política de segurança informática AccorInvest ou as regras específicas adotadas por cada Entidade AccorInvest. 	<p>Tratamento necessário para a prossecução do interesse legítimo das Entidades AccorInvest em garantir a segurança das instalações e infraestruturas.</p> <p>Tratamento necessário para o cumprimento de uma obrigação legal.</p>

<p>Gestão diária da actividade empresarial da Entidades AccorInvest, por exemplo, para os seguintes fins:</p> <ul style="list-style-type: none"> - planeamento e orçamentos; - gestão de recursos humanos; - gestão de informação relativa a trabalhadores temporários; - relatórios financeiros; - actividades legais das entidades (por exemplo, organização do Conselho e reuniões em geral). - comunicação interna e externa; - relatórios de actividade que podem incluir os dados pessoais de certos Titulares de Dados 	<p>Tratamento necessário para a prossecução do interesse legítimo das Entidades AccorInvest na prossecução do seu objecto social.</p> <p>Tratamento necessário para o cumprimento de uma obrigação legal.</p>
<p>Organizar formação interna ou externa.</p>	<p>Tratamento necessário para a prossecução do interesse legítimo das Entidades AccorInvest.</p> <p>Tratamento necessário para o cumprimento de uma obrigação legal.</p>

V.

Retenção de dados

Os Dados Pessoais tratados são mantidos pela Entidade AccorInvest em conformidade com as obrigações de retenção estabelecidas nas disposições legais e regulamentares aplicáveis.

Quando o tratamento for necessário para a execução de um contrato no qual o Terceiro é parte, o período de retenção será equivalente ao termo do contrato somado ao período de prescrição legal aplicável às relações contratuais.

Na ausência de tais disposições legais ou regulatórias de prescrição, os Dados Pessoais podem ser retidos durante o período necessário para cumprir os fins para os quais foram tratados.

Em ambos os casos, o período de conservação pode ser ampliado para o cumprimento de obrigações legais e para fazer valer os direitos e interesses da AccorInvest pelo tempo necessário para consumir estas finalidades.

Uma vez expirado o período de retenção, os Dados Pessoais serão destruídos ou tornados anónimos. A anonimização significa que os Dados Pessoais já não podem ser associados com Terceiros. Caso queira mais informações, por favor nos contate através dos endereços de email indicados no Anexo I "Contactos e Email de proteção de dados" de sua região.

VI. Destinatários dos Dados e Transferências

A AccorInvest pode transferir os Dados Pessoais por si recolhidos para Destinatários internos ou externos, se necessário para os fins estabelecidos na **Secção IV**.

Os Dados Pessoais são transmitidos a funcionários do Grupo autorizados a recebê-los e podem também ser transmitidos a Destinatários externos, tais como:

- fornecedores que necessitam de Dados Pessoais para prestarem os seus serviços à AccorInvest (por exemplo, prestadores de serviços de TI, auditores, diretores de hotéis);
- instituições financeiras e consultores que necessitem dos Dados Pessoais para fins legais ou de *compliance*;
- autoridades governamentais, administrativas e judiciais, se exigido por lei ou no decurso de uma investigação ou processo e em conformidade com os regulamentos locais;
- aconselhamento externo (por exemplo, advogados) para a garantia dos direitos de AccorInvest e preparação de defesa em processos;
- compradores de hotéis e terceiros envolvidos em transações que envolvem os activos do Grupo (por exemplo, compradores de activos, notários).

A AccorInvest toma as medidas apropriadas para assegurar a proteção dos Dados Pessoais quando estes são partilhados com membros do pessoal ou com terceiros beneficiários. Em todos os casos, os dados transferidos serão limitados ao estritamente necessário para os fins para os quais a transferência é feita.

Em alguns dos casos descritos acima, Dados Pessoais podem ser transferidos para além do Espaço Económico Europeu. Nestes casos, medidas de salvaguarda apropriadas são aplicadas de acordo com a regulação e recomendações das autoridades de proteção de dados europeias (por exemplo, através da adopção de cláusulas contratuais padrão ou regras empresariais vinculativas).

VII. Direitos dos Titulares dos Dados

Como Titulares dos Dados, os Terceiros têm o direito de exercer os seus direitos indicados no RGPD e na **Legislação de PD Aplicável**.

Sem prejuízo dos direitos estabelecidos na **Legislação de PD Aplicável**, o RGPD estipula que os Titulares dos Dados podem, sob certas condições e limites, exercer os seus direitos de acesso, retificação e eliminação dos seus Dados Pessoais recolhidos pela AccorInvest. Os Titulares dos Dados podem também exercer o seu direito de portabilidade em relação aos seus Dados Pessoais recolhidos por uma Entidade AccorInvest, solicitar a sua limitação ou opor-se ao tratamento de tais Dados Pessoais. Na eventualidade de ter dado o seu consentimento para a recolha, Tratamento e transferência dos seus Dados Pessoais para um fim específico, tem o direito de retirar o seu consentimento para tal Tratamento em qualquer altura. Também poderá solicitar ao DPO local (caso aplicável) informação sobre as bases de legitimação para a transferência de dados.

Cuando exerce seus direitos por meio de um dos endereços de email indicados no Anexo I, por favor note que contacta o Delegado local, caso aplicável, ou a pessoa responsável da AccorInvest pelo tema de proteção de dados no país.

De outra forma, quando usa o endereço de email do Grupo, mencionado à continuação, note que contactará com o DPO do Grupo.

Estes direitos podem ser exercidos através do envio de:

Um email para um dos seguintes:

- (i) para o endereço de correio eletrónico local do país indicado no **Anexo I** a esta Política de Proteção de Dados de Terceiros;
- (ii) qualquer outro endereço especificado pela Entidade AccorInvest que recolheu os dados; ou
- (iii) em group.dataprivacy@accorinvest.com;

Por carta, à atenção do Departamento Jurídico:

(i) o endereço postal da entidade AccorInvest que recolheu os dados (No caso português, para Portis – Hotéis Portugueses, S.A., Rua Mártir S. Sebastião, 247, 4400-499 Vila Nova de Gaia; ou

(ii) à AccorInvest Group SA
26A Royal Boulevard
L-2449 Luxemburgo, Grão-Ducado do Luxemburgo.

A fim de proteger os Dados Pessoais da pessoa que exerce os seus direitos, a AccorInvest identificará a pessoa a fim de responder ao seu pedido. Se existirem dúvidas razoáveis sobre a identidade da pessoa que exerce os direitos, a pessoa pode ser solicitada a anexar uma cópia de um documento de identidade oficial, tal como um bilhete de identidade ou passaporte, para apoiar o pedido.

Os Titulares dos Dados têm o direito de apresentar queixa junto da Autoridade de Controlo competente.

De acordo com o artigo 27 do RGPD e artigo 27 do RGPD do Reino Unido:

As entidades da AccorInvest no Reino Unido especificadas no Anexo II 2a apontaram o Espaço Económico Europeu (EEE) entidade especificada no Anexo II 2a como seu representante quanto ao RGPD, este último ficando autorizado a agir em seu nome sobre a conformidade com o RGPD quando do tratamento de dados de indivíduos no EEE, e relacionar-se com autoridades de controlo e titulares de dados neste contexto.

As entidades da AccorInvest localizadas no EEE especificadas no Anexo II 2b apontaram entidade no Reino Unido especificada no Anexo II 2b como seu representante quanto ao RGPD do Reino Unido, este último ficando autorizado a agir em seu nome sobre a conformidade com o RGPD do Reino Unido quando do tratamento de dados de indivíduos no Reino Unido, e relacionar-se com autoridades de controlo e titulares de dados neste contexto.

Entidade AccorInvest: todas as pessoas jurídicas do Grupo AccorInvest, ou seja, empresas controladas direta ou indiretamente pelo Grupo AccorInvest SA.

AccorInvest: todas as Entidades AccorInvest.

Responsável pelo tratamento: a pessoa que, sozinha ou em conjunto com outras pessoas, determina as finalidades e os meios de Tratamento de Dados Pessoais.

Dados Pessoais (ou Dados): qualquer informação relativa a uma pessoa singular identificada ou identificável. Uma pessoa singular identificável é aquela que pode ser identificada, directa ou indirectamente, nomeadamente por referência a um identificador, como um nome, um número de identificação, dados de localização, um identificador em linha ou a um ou mais elementos específicos da sua identidade física, fisiológica, genética, mental, económica, cultural ou social.

Tratamento de Dados Pessoais (ou Tratamento): qualquer operação ou conjunto de operações realizadas ou não de forma automatizada e aplicadas a dados ou conjuntos de dados, como coleta, registo, organização, estruturação, retenção, adaptação ou modificação, extração, consulta, uso, comunicação por transmissão, circulação ou qualquer outra forma de divulgação, reconciliação ou interligação, limitação, apagamento ou destruição.

Destinatário: seja um terceiro ou não, qualquer pessoa física ou jurídica, autoridade pública, departamento ou qualquer outra organização para a qual os Dados Pessoais sejam divulgados.

Esta Política de Privacidade de Terceiros pode ser atualizada pela AccorInvest em qualquer altura e facilitaremos uma nova versão a você quando existirem alterações substanciais. Poderemos também informá-lo, de tempos a tempos e por outros meios, sobre o Tratamento dos seus Dados Pessoais.

ANEXO I

ENDEREÇOS ELECTRÓNICOS DE CONTACTO

- **França e Luxemburgo:** donnees.personnelles@accorinvest.com
- **Reino Unido:** gdpr_uk@accorinvest.com
- **Bélgica, Países Baixos, Luxemburgo** (excepto sede) gdpr_benelux@accorinvest.com
- **Alemanha, Áustria, Suíça:** datenschutz@accorinvest.com
- **Portugal:** accorinvest.pt.protecao.dados@accorinvest.com
- **Espanha:** accorinvest.sp.proteccion-datos@accorinvest.com
- **Polónia:** pl.gdpr@accorinvest.com
- **República Checa:** cz.gdpr@accorinvest.com
- **Eslováquia:** sk.gdpr@accorinvest.com
- **Hungria:** hu.gdpr@accorinvest.com
- **Roménia:** ro.gdpr@accorinvest.com
- **Lituânia:** lt.gdpr@accorinvest.com

REPRESANTANTES ANEXO II RYPD E RYPD DO REINO UNIDO

2ª – Representantes do RYPD

Seguintes entidades da AccorInvest no Reino Unido:

Accor UK Business & Leisure Hotels Limited (registado em Inglaterra e Wales com número de registo 01016187).

Accor UK Economy Hotels Limited (registado em Inglaterra e Wales com número de registo 01244907).

Indicaram como representantes RYPD as seguintes entidades do EEE:

AccorInvest Group SA, registada sob las leis de Luxemburgo com número 100771, localizada em 26A Boulevard Royal – 2449 Luxemburgo – Grand-Duchy de Luxemburgo.

2b – Representantes do RYPD do Reino Unido

Todas as entidades da AccorInvest localizadas no EEE que operam atividades hoteleiras indicaram como representante do RYPD do Reino Unido as seguintes entidades do Reino Unido:

Accor UK Business & Leisure Hotels Limited, registado sob as leis de Inglaterra e Wales com número de registo 01016187, localizada em 10 Hammersmith Grove – London W6 7 AP – Reino Unido.